

POSITIVISMO E INTERPRETATIVISMO: um diálogo entre abordagens epistemológicas

CAMILA ALVES DAMÁSIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

DEBORAH LEÃO SOUSA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

Agradecimento à orgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

POSITIVISMO E INTERPRETATIVISMO: um diálogo entre abordagens epistemológicas

1. INTRODUÇÃO

Desde sua origem, as ciências sociais enfrentam preconceitos associados a uma visão dicotômica da realidade social, marcada por conceitos emparelhados, como objetivo/subjetivo e coletivo/individual. Esse pensamento binário restringe significativamente a compreensão dos fenômenos sociais. Em resposta a essa limitação, Corcuff (2001) propõe uma abordagem construtivista, que desafia a visão binária, sugerindo que as ciências sociais devem ser pensadas como combinações de conceitos considerados antagonistas, capazes de explicar a realidade de maneira mais abrangente.

Duas dessas combinações que marcaram a sociologia são coletivo/individual e sociedade/indivíduo. A sociologia de Émile Durkheim está fundamentada no coletivo (ou social), entendido como uma entidade específica, distinta de um mero conjunto de indivíduos; é uma associação desses indivíduos, com uma realidade própria, que impõe, por meio da autoridade, formas de agir e pensar.

Nas primeiras décadas do século XX, um grupo de filósofos formou o Círculo de Viena e propôs a Ciência Unificada, com o objetivo de analisar, fundamentar e classificar as ciências. Essa escola defendia o empirismo lógico, que se espalhou entre as escolas contemporâneas. O empirismo lógico, influenciado pelas ideias de Wittgenstein, afirmava que o mundo consistia em proposições que poderiam ser verdadeiras ou falsas, dependendo de como retratavam os fatos. No entanto, a filosofia não adota esse reducionismo às proposições factuais, e o mundo só ganha significado quando representado pela linguagem (Araújo, 2010).

Assim, ocorreu uma separação entre os papéis do empirismo e da filosofia: enquanto o empirismo defendia que o conhecimento deveria basear-se em uma linguagem empirista (relacionada a fatos observáveis) e em uma linguagem lógica/matemática, a filosofia passou a se ocupar com questões lógicas e epistemológicas, deixando de esclarecer os fundamentos do mundo histórico e real. Isso resultou na independência das ciências em relação à filosofia, transformando a realidade em um objeto de investigação científica, em vez de mera especulação filosófica.

Os debates entre filósofos, sociólogos e outros pensadores sobre a compreensão do conhecimento e suas relações com as ciências culminaram no desenvolvimento de abordagens epistemológicas que buscavam suprir as necessidades das ciências sociais e humanas com novos conceitos e métodos. Nesse contexto, duas abordagens ganharam destaque: a positivista e a interpretativista.

A abordagem positivista, influenciada principalmente pelas ideias de Auguste Comte e Émile Durkheim, defende a aplicação dos métodos das ciências naturais ao estudo da sociedade. Segundo essa perspectiva, o conhecimento científico deve ser obtido por meio de observações empíricas e verificáveis, e as leis sociais podem ser descobertas e aplicadas de maneira objetiva e universal.

Por outro lado, a abordagem interpretativista, associada a pensadores como Max Weber e Wilhelm Dilthey, argumenta que a realidade social é construída por meio das interações e significados atribuídos pelos indivíduos. De acordo com essa perspectiva, o entendimento dos fenômenos sociais exige uma compreensão profunda dos contextos culturais e históricos nos quais os indivíduos estão inseridos. O método interpretativista valoriza a subjetividade e a complexidade dos significados humanos, reconhecendo que as ciências sociais devem levar em conta a perspectiva dos atores sociais para captar a essência dos fenômenos estudados.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as contribuições e limitações das abordagens positivista e interpretativista na compreensão dos fenômenos sociais, destacando a importância

de uma perspectiva pluralista na investigação das ciências sociais. Desse modo se tem o seguinte problema de pesquisa: como as abordagens positivista e interpretativista contribuem para a compreensão dos fenômenos sociais e quais são suas limitações? Assim, pretende oferecer uma reflexão crítica sobre como a combinação de diferentes paradigmas enriquece a análise e a interpretação dos fenômenos sociais complexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Abordagem Positivista

Arana (2007) apresenta o conceito de dado associado à ideia de positividade em três sentidos. No primeiro sentido, positivo refere-se ao que é dado, ou seja, ao que está efetivamente ao alcance do conhecimento humano. No segundo sentido, positivo designa aquilo que, devido à sua forma de se manifestar na relação do conhecimento, não pode ser desprezado. O terceiro sentido, mais particular e individualizado, acrescenta aos anteriores a ideia de que positivo é tudo o que se expõe e se impõe empiricamente.

Ao analisar a obra de Comte, Arana (2007) destaca que restringir-se ao dado está vinculado ao que sua filosofia da história denomina como estado positivo de evolução intelectual. Segundo Comte, a humanidade atravessa sucessivamente três estágios teóricos ou fases. A primeira é a fase teológica, o ponto de partida no qual o homem direciona suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos. A segunda fase é a metafísica, vista como um período transitório no qual gradualmente o homem faz a transição do estado teológico para o estado plenamente positivo da jornada intelectual. A terceira fase é a positiva, onde o estágio é o regime definitivo da razão humana. Nesse estágio, o espírito se limita a descrever como os fatos ocorrem, renunciando a especular sobre os mistérios finais do universo, as qualidades substanciais dos fenômenos e suas causas últimas ou primeiras. Para Comte, o termo positivo assume cinco sentidos: o real, o útil, o certo, o preciso e o contraste com o que é pejorativamente negativo (Lima Padilha, 2008).

Ao citar Spencer, Arana (2007) afirma que, para este pensador, o conhecimento é relativo porque captura relações e porque o próprio processo de conhecer é uma relação. Em outras palavras, é intrinsecamente próprio do conhecimento humano e constitutivamente da natureza o ato de pensar. Segundo o autor, "Pensar é estabelecer relações; nenhum pensamento pode expressar mais que relações" (p. 18). Para Spencer, o homem explica a origem do universo por meio de três hipóteses: o ateísmo, o panteísmo e o teísmo. Em relação à ciência, que estuda espaço, tempo, matéria e energia, uma vez levantados os conceitos de matéria e movimento, que são os pressupostos básicos da ciência, e a persistência do movimento, da qual dependem outras leis, Spencer admite que não se tem como fundamentar de modo determinante. Isso porque, segundo o autor, as verdades vão sendo incluídas em verdades de nível mais alto e estas, por sua vez, em outras de ainda maior alcance. Para ele, o saber positivo não pode decretar que a totalidade do real se reduz à totalidade do conhecimento possível de obter através do método positivo, adequado ao objeto (Lima Padilha, 2008).

Arana (2007), evidencia as ideias de Stuart Mill, segundo as quais os dados não são conceitos, como considera a lógica tradicional, mas são sensações primeiras isoladas que, posteriormente, são associadas de modo cada vez mais complexo. Para Mill, a precedência da linguagem deve ser reconhecida, uma vez que esta constitui um dos principais instrumentos do pensar. As palavras que expressam o sujeito e o predicado são nomes dados às coisas, ou às ideias e representações que se fazem das coisas. Considerando essa relação dos nomes, Mill faz uma distinção: termos conotativos, que denotam um sujeito e conotam um atributo; e termos não-conotativos, que denotam apenas um sujeito ou atributo. Os nomes concretos gerais são sempre conotativos, uma vez que a palavra "homem" denota todos os indivíduos que, tomados

como uma classe, são nomeados por essa palavra, e conota os atributos que tais indivíduos possuem e em função dos quais a palavra lhes é aplicada. Para Mill, o valor da ideia geral é inteiramente empírico, sendo apenas um nome que sintetiza na memória determinado conjunto de sensações. O fundamento é que determinado fenômeno vem sempre acompanhado de outro, com a variação ocorrendo nos fatos particulares (Brandão, 2011).

Ao contrário de Mill, Mach enxerga a ciência sob a perspectiva da biologia. Para ele, o conhecimento humano é composto por aspectos desigualmente complexos da vida orgânica, de adaptação e das percepções que se têm dos corpos, que se reduzem às sensações (Arana, 2007). Mach argumenta que o eu consiste em um conjunto complexo de sensações que não é mais estável do que os corpos físicos, uma vez que os elementos que constituem o corpo e os elementos que constituem o eu não são três realidades distintas com limites fixos. Ele afirma que o que é considerado como diferenças de realidade são, na verdade, diferenças de estado, foco ou enfoque. Para Mach, não existem causas; a ideia de causalidade é outra ficção do pensamento. Ele sustenta que a ciência revela apenas o necessário para o ajuste biológico do homem ao seu meio, e que o conhecimento é obtido pela adaptação das ideias entre si. O Círculo de Viena foi fortemente influenciado pelas obras de Mach, porém sua teoria empirista não consegue articular-se com os avanços da lógica, aos quais a crise e a pesquisa de seus fundamentos conduzem, no início do século XX (Lima Padilha, 2008; Brandão, 2011).

Para Arana (2007), uma das teses do positivismo lógico é a ideia de uma unidade básica das ciências factuais. Carnap identifica quatro problemas a serem enfrentados por esse empreendimento: o problema da base do sistema; o problema das formas lógicas; o problema da construção dos diferentes objetos; e a forma geral do sistema. Ele argumenta que as experiências elementares, o dado vivido, são imediatamente tomadas como totalidade. No início, antes de qualquer análise, o que se tem é o dado de fato, neutro, nem físico nem psíquico.

Na análise de Neurath, destaca-se sua contestação às proposições protocoladas defendidas por Carnap, argumentando que tais proposições não existem, uma vez que não há pontos de partida privilegiados. O fisicalismo contraposto por Neurath é acompanhado por suas ideias sobre a natureza física da própria linguagem, considerada um fato físico interno ao mundo. Enquanto Neurath equipara a linguagem aos fatos físicos de forma direta, Carnap, segundo o autor, não aceita essa equiparação pura e simples. No entanto, ele concorda com a tese de que a linguagem da física é a linguagem básica, fundamental para todas as ciências (Arana, 2007; Lima Padilha, 2008).

O positivismo, em sua essência, propõe que a ciência se dedique exclusivamente ao estudo do comportamento externo dos objetos e suas relações externas, sem adentrar em profundidades. Essa postura é evidenciada pelas palavras iniciais de Newton nos Princípios, onde ele se alinha com os pensamentos modernos ao rejeitar formas substanciais e qualidades ocultas, preferindo submeter os fenômenos da natureza às leis da matemática. Galileu, anterior a Newton, já fazia essa distinção entre os "acidentes" e a "substância", argumentando que apenas os primeiros são acessíveis ao conhecimento científico. Nesse sentido, Galileu destaca os "acidentes primários", que podem ser tratados matematicamente, rompendo com a ideia de uma ontologia verdadeira (Arana, 2007, Brandão, 2011).

A abordagem positivista desconsidera a profundidade ontológica dos fenômenos, enxergando os objetos como sistemas dotados apenas de *inputs* e *outputs*, sem estruturas internas. No entanto, Durkheim argumenta que a investigação científica progride dos caracteres mais exteriores para os mais profundos, criticando a tese pragmatista de William James de que não há nada para além das aparências. Reichenbach defende que o método legítimo do empirista é ir além do observável por meio da inferência científica, indicando que ater-se ao dado não impede a investigação mais profunda (Arana, 2007; Lima Padilha, 2008).

O positivismo adverte contra o dogmatismo filosófico, que afirma a existência de uma dimensão da realidade inaparente e fora do controle humano, considerada a chave do sentido

de tudo. Cada nova teoria ontológica proposta é vista como uma tentativa de revelar esse segredo último das coisas, mas o positivismo argumenta que tais especulações carecem de base empírica e são suscetíveis ao dogmatismo. O positivismo defende que o conhecimento científico é relativo em vários aspectos. Primeiramente, ele é relativo no sentido de que está intrinsecamente ligado às relações no plano do objeto: as interações entre os objetos são importantes para a compreensão científica. Em segundo lugar, é relativo porque seu objeto é o próprio objeto sujeito da relação do conhecimento e é estritamente dependente da capacidade de apreensão (Arana, 2007; Correia, 2015).

De acordo com essa perspectiva, não é possível dissociar o conhecimento do sujeito que o percebe, dos condicionamentos culturais e das escolhas e recortes do objeto. O positivismo afirma que conhecemos as coisas como elas aparecem na totalidade de nossa experiência, o que implica uma dependência do sujeito no processo de conhecimento. Entretanto, o positivismo se distancia do realismo ingênuo ao reconhecer que nem todos os modos de existência objetiva são como parecem ser. As percepções humanas são comparadas à relação entre uma figura em perspectiva e seu modelo, sugerindo que o conhecimento é uma representação transformada dos objetos da experiência (Arana, 2007; Correia, 2015).

Auguste Comte argumenta que todos os nossos conhecimentos reais são necessariamente relativos, tanto ao meio em que atuamos quanto ao organismo que os percebe. Ele destaca que nossas especulações são profundamente influenciadas pela constituição exterior e interior, que moldam nossas percepções e pensamentos. Além disso, o conhecimento científico é relativo no sentido de que as teorias científicas não buscam a essência metafísica das coisas, mas sim compreender e prever os fenômenos com base nas relações estabelecidas. As teorias científicas são relativas aos fatos, que são complexas relações entre diferentes elementos. A análise científica busca isolar o que é constante em meio às diferenças e entender as condições de existência do objeto (Arana, 2007; Lima Padilha, 2008).

Arana (2007) examina a relação entre explicação e descrição na ótica do positivismo, destacando como a ciência substitui a busca pelo "porquê" dos fenômenos pelo "como" ao descrevê-los. De acordo com esta corrente filosófica, todas as ciências, não apenas aquelas tradicionalmente consideradas descritivas, valorizam a descrição como modo de conhecimento máximo. A função da ciência natural, portanto, não é explicar os fenômenos físicos no sentido de buscar causas metafísicas, mas sim descrever conceitualmente as sucessões de eventos observadas na natureza.

A crítica do positivismo à explicação causal reside no conceito de causa que ultrapassa os limites da positividade empírica e se aproxima de abstrações metafísicas, como causas primeiras ou finais. De acordo com esta perspectiva, a ciência não tem por objetivo compreender a causa última dos fenômenos, mas sim descrever as relações invariáveis de sucessão e semelhança entre eles. A ideia central é que a ciência, ao invés de buscar explicações, limita-se a descrever os fenômenos com base na observação empírica. As explicações científicas são assim reduzidas ao seu aspecto descritivo, enquanto a causalidade é entendida apenas como uma dependência funcional entre eventos, sem qualquer substancialidade intrínseca (Arana, 2007; Lima Padilha, 2008).

Essa visão positivista contrapõe a explicação científica à explicação causal, enfatizando que a ciência se concentra na descrição dos fenômenos observados, sem recorrer a explicações metafísicas ou causais últimas. Em vez disso, seu foco reside em estabelecer relações empíricas entre eventos e na formulação de teorias abstrativas fundamentadas na observação e experimentação (Arana, 2007).

O conhecimento hipotético é fundamental nas ciências factuais, como destacado por Rankine, que o caracteriza como um devaneio especulativo, embora capaz de tornar determinadas realidades inteligíveis. Essa abordagem é remanescente do método cartesiano, no qual Descartes defendia a utilização de hipóteses desde que estivessem de acordo com as

experiências, mesmo que distantes da verdade. Por exemplo, Newton, em sua obra científica, enfatiza a importância de deduzir as proposições a partir dos fenômenos e rejeita o mero inventar de hipóteses. Ele busca estabelecer uma ligação direta entre os fatos observados e as leis que os descrevem, evitando devaneios especulativos (Arana, 2007; Lima Padilha, 2008).

No entanto, hipóteses são frequentemente utilizadas como andaimes conceituais na física, como proposto por Mach, que enfatiza a descrição dos fatos de maneira simples, cobrindo o maior número possível de fatos com o menor número possível de hipóteses. Além disso, o positivismo impõe suspeitas sobre hipóteses de alto nível, defendendo apenas hipóteses que antecipem leis verificáveis. Essa abordagem é reforçada por Comte, que condena hipóteses inverificáveis, como as do éter luminoso. As hipóteses científicas devem ser testáveis empiricamente e plausíveis, articuladas com o conjunto de hipóteses científicas aceitas até o momento. Elas devem ser formuladas como proposições gerais e empíricas, capazes de serem testadas por procedimentos objetivos da ciência (Arana, 2007; Lima Padilha, 2008).

Finalmente, as teorias científicas, que são ainda mais distantes da base empírica do que as leis, exigem uma ponte entre o plano teórico e o mundo empírico, geralmente por meio de regras de correspondência. Essas regras garantem que as proposições teóricas sejam empíricas e, portanto, científicas. Portanto, o método das ciências factuais é chamado de hipotético-dedutivo porque envolve a formulação de hipóteses que são testadas empiricamente e deduzidas a partir dos fenômenos observados, representando uma tentativa de compreender e descrever o mundo natural de maneira sistemática e fundamentada (Arana, 2007; Lima Padilha, 2008).

O método científico, uma abordagem importante para a busca do conhecimento, distingue-se por duas vertentes: o método "em sentido amplo" e o método "em sentido restrito". Este último, envolvendo técnicas e procedimentos específicos, varia conforme a natureza epistemológica dos objetos de estudo em diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo, enquanto a técnica da entrevista é comum nas ciências humanas, é estranha às ciências físicas. Contudo, o método "em sentido amplo", de acordo com o positivismo, é uniforme em todas as ciências empíricas e define a própria essência da ciência. Nesse contexto, o segredo da cientificidade da pesquisa reside não no objeto, mas no método aplicado. Assim, a mesma pesquisa pode ser considerada científica ou não, dependendo do método adotado (Arana, 2007; Silvino, 2007).

Apesar das variações nos objetos de estudo entre as diferentes disciplinas científicas, o método básico de busca pelo conhecimento permanece inalterado. Esse método distingue-se da filosofia, da religião e do senso comum. No início do processo de pesquisa, o método das ciências empíricas, de acordo com os positivistas, não se inicia com a observação, mas sim com a formulação do problema. As perguntas levantadas sobre os dados do problema desempenham um papel de importância nesse estágio. Posteriormente, a observação é utilizada como técnica de coleta de dados, sendo parte integrante da verificação da hipótese. O teste empírico da hipótese constitui um momento-chave no método científico. A hipótese deve ser capaz de abranger logicamente os dados do problema, sendo testada empiricamente (Arana, 2007; Lima Padilha, 2008).

O método das ciências factuais é tanto dedutivo quanto indutivo. Após a formulação da hipótese, são deduzidas as proposições particulares que serão confrontadas com a experiência. Essa abordagem é conhecida como "hipotético-dedutiva". O aspecto indutivo do método refere-se ao apoio lógico que a experiência confere à hipótese quando os resultados são favoráveis. Dessa forma, o método científico das ciências factuais envolve a identificação do problema, a formulação de hipóteses, o teste empírico e a justificação com base nos dados observados. Embora haja nuances disciplinares, esse método é o alicerce comum das ciências empíricas (Arana, 2007).

A classificação das ciências varia conforme diferentes correntes filosóficas. Para Auguste Comte, as ciências progredem de formas menos positivas para formas mais positivas

de conhecimento, seguindo uma hierarquia que reflete a complexidade e a generalidade dos fenômenos estudados. Ele estabelece uma escala que vai da física celeste até a sociologia, cada uma pressupondo as anteriores. Por outro lado, Herbert Spencer discorda dessa classificação serial, propondo uma classificação por agrupamento, onde as ciências são divididas em abstratas e concretas, com base nos objetos de estudo e nos métodos utilizados. Para Spencer, todas as ciências são interdependentes em sua marcha progressiva. Já o positivismo lógico, representado por Schlick, contesta a existência de juízos sintéticos a priori, defendendo que todas as proposições podem ser classificadas como analíticas ou empíricas. As analíticas são verdadeiras por definição, enquanto as empíricas dependem da experiência para serem verificadas (Arana, 2007; Lima Padilha, 2008).

As ciências são tradicionalmente divididas em dois grupos distintos: as formais e as empíricas. Essa classificação reflete a distinção entre proposições analíticas (formais) e proposições empíricas, o que corresponde à diferenciação entre ciências formais e ciências empíricas. As ciências formais abrangem principalmente disciplinas como a lógica e as matemáticas puras. Por outro lado, as ciências empíricas englobam áreas como a física, a química, a biologia, a psicologia, a sociologia e a antropologia, entre outras (Arana, 2007, Menna, 2021).

Um exemplo que ilustra essa distinção são duas proposições empíricas: "As células têm citoplasma" e "As células do fígado têm citoplasma". Ambas podem ser verdadeiras ou falsas com base nos fatos observados. No entanto, entre elas existe uma relação lógica: se a primeira for verdadeira, então a segunda também será verdadeira, por dedução lógica. Essa relação lógica entre as proposições empíricas é estudada pela lógica, que é uma das ciências formais. As leis da lógica não fornecem informações sobre o mundo empírico, mas ensinam como deduzir uma proposição a partir de outra de forma lógica (Arana, 2007).

Por exemplo, na geometria euclidiana, os teoremas são demonstrados formalmente, partindo dos postulados de Euclides. Em contraste, na física newtoniana, as proposições são testadas empiricamente para verificar sua correspondência com a realidade física. Assim, embora as ciências empíricas usem métodos formais em sua estrutura interna, elas dependem da verificação empírica para validar suas proposições. Por outro lado, as ciências formais, como a geometria euclidiana, demonstram seus teoremas de maneira formal, sem depender da verificação empírica (Arana, 2007).

Arana (2007) ressalta a questão da Verificação Empírica e Significação, colocando que, no interior do positivismo lógico, a diferença entre as proposições formais e as proposições empíricas da ciência é bem marcada. Para o positivismo lógico, as proposições formais da lógica e das matemáticas puras, bem como as proposições empíricas testáveis, são as únicas cognitivamente significativas. A indicação das condições em que a proposição é verdadeira ou falsa equivale à indicação de seu sentido, daquilo que ela quer dizer.

A filosofia, segundo o positivismo, está intrinsecamente ligada à ciência e não é independente dela. De acordo com Comte, a filosofia surge como uma ordenação e generalização dos resultados da ciência, e a ciência tem precedência sobre a filosofia, refletindo mudanças em seu conteúdo e orientação. Comte propõe uma disciplina capaz de sintetizar todas as especialidades científicas, guiando-as através da síntese (Arana, 2007; Lima Padilha, 2008).

Spencer compartilha dessa visão, distinguindo as proposições filosóficas das científicas não pelo objeto, mas pelo modo geral e sintético de compreendê-las. Para ele, a filosofia compreende e consolida as generalizações mais amplas da ciência. Assim, a filosofia positiva resulta da determinação dos fatos gerais de cada ciência fundamental e sua coordenação. Abel Rey também argumenta que desde os primórdios da filosofia grega até o século XIX, a filosofia foi construída por homens de ciência (Arana, 2007).

No positivismo lógico do século XX, a filosofia não é uma revisão das conquistas da ciência, mas uma investigação do sentido das proposições. Schlick destaca que a filosofia não

é uma ciência, pois determinar o sentido das proposições não é feito por meio de proposições. Carnap, por sua vez, sugere que a filosofia consiste na análise lógica da linguagem da ciência, fornecendo uma propedêutica necessária à investigação científica. Assim, a filosofia se concentra na estrutura formal e sintática da linguagem da ciência, contribuindo para a clarificação das proposições científicas. Dentro desse contexto, a filosofia não é apenas uma disciplina filosófica entre outras, mas o próprio método de filosofar (Arana, 2007; Menna, 2021).

2.2. Abordagem Interpretativista

A oscilação do paradigma nas ciências sociais reflete uma evolução significativa no entendimento das ações humanas ao longo do tempo. Marcel Gauchet introduz o conceito de paradigma como uma alternativa mais prudente a termos mais totalizadores, como episteme, destacando a fluidez dessa noção e sua capacidade de relativizar a influência de modelos explicativos únicos. Essa abordagem permite uma visão mais flexível e adaptativa das transformações nos métodos e teorias das ciências sociais (Dosse, 2003).

O paradigma predominante nas décadas de 1950-1975, denominado por Gauchet como “paradigma crítico”, foi marcado pela influência de disciplinas como linguística, sociologia e etnologia, bem como pelas doutrinas do marxismo e da psicanálise. Esse período enfatizava a desconfiança e a busca por uma verdade científica oculta por trás das ações humanas, através de uma abordagem estruturalista. Este enfoque contrastava fortemente com as abordagens anteriores, que tendiam a tomar as ações humanas pelo valor de face sem questionar as estruturas subjacentes (Dosse, 2003; Moreira, 2021).

Entretanto, a virada dos anos 80 testemunhou uma clara mudança em direção a um novo paradigma, caracterizado pela ênfase na historicidade sobre a estrutura. Esse período viu a “reabilitação da parcela explicitada e refletida da ação”, que não se limita a um retorno simplista ao sujeito, mas problematiza a consciência humana por meio de estudos pragmáticos, cognitivos e de escolha racional. Essa mudança de perspectiva implica em reconhecer os fenômenos sociais além do consciente, buscando compreender as motivações inconscientes dos atores sociais (Dosse, 2003).

Por exemplo, a compreensão da feitiçaria não reside apenas na análise das crenças individuais, mas também nas condições políticas e sociais da época. A nova sociologia destaca a importância da identidade histórica e investiga a interseção entre história política, conceitual e simbólica. Esse enfoque permite uma análise mais rica e contextualizada dos fenômenos sociais, que reconhece a importância das condições históricas e culturais (Dosse, 2003).

Além disso, segundo Dosse (2003) o novo paradigma busca reconciliar filosofia e ciências humanas, construindo uma “gramática das ordens de justificação das ações sociais”. Isso implica em uma atenção cuidadosa aos discursos e narrativas das ações, interpretando-os de maneira simétrica ao conhecimento científico. Reconhece-se a importância do momento normativo para compreender e avaliar as ações humanas, o que pode permitir uma maior participação das ciências humanas nas escolhas políticas e morais da sociedade (Moreira, 2021).

A guinada descritiva em curso nas ciências sociais marca uma mudança significativa no paradigma vigente, priorizando a consciência prática sobre a estrutura, em contraposição ao enfoque estruturalista predominante anteriormente. Enquanto o paradigma crítico anterior focava em desvendar e denunciar a evidência do cotidiano, o novo paradigma busca compreender e captar o sentido latente que permeia o cotidiano, transformando-o de ponto de partida para ponto de chegada da análise (Dosse, 2003; Moreira, 2021).

Essa mudança implica em dar maior importância ao esquema descritivo e diminuir a ambição explicativa. Ao invés de buscar explicações causais, os pesquisadores agora se voltam para a descrição minuciosa dos fenômenos sociais, enxergando a descrição como uma base mais

sólida para a retomada da pesquisa. Essa revalorização do descritivismo foi influenciada pelas teses da etnometodologia, que adaptaram métodos de estudo das sociedades primitivas para as sociedades ocidentais (Dosse, 2003).

Os etnometodologistas destacaram três propriedades principais das práticas sociais relacionadas à linguagem: indicabilidade, reflexividade e descritividade. Essas propriedades destacam a importância do contexto e da singularidade das situações na compreensão das ações sociais, reconhecendo a natureza prática e construída da descrição. A análise descritiva permite iluminar aspectos do cotidiano que muitas vezes passam despercebidos, revelando como a ordem social é produzida e mantida (Dosse, 2003; Moreira, 2021).

Os processos sociais são entendidos como peripetções práticas dos atores sociais, e a descrição busca restituir essa dinâmica de forma inteligível e passível de ser relatada. Essa abordagem se distancia da interpretação tradicional, focando na restituição das estruturas formais da ação. A teoria da descrição, inspirada pela fenomenologia, renuncia à busca pelo "porquê" em favor do "como", deslocando a escala de análise para o estudo de micropráticas (Dosse, 2003).

Embora tenha seus limites, essa abordagem representa uma ruptura com a física social nomológica e coloca em questão o papel interpretativo do sociólogo. Ainda assim, persiste o debate sobre a necessidade de um procedimento interpretativo complementar ao descritivismo etnometodológico. A obra de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, "De la justification", oferece uma visão perspicaz sobre a construção de uma gramática da ação social, destacando a pluralidade dos modos de justificação das pessoas (Dosse, 2003; Moreira, 2021).

Ao investigar casos de litígios, os autores procuram entender as condições para que uma denúncia pública de injustiça seja considerada aceitável. Eles rompem com a ideia de que todas as situações sociais são explicadas pela violência ou pela rotina, optando por uma abordagem que considera as atividades práticas dos atores sociais. A análise se concentra em construir uma gramática que estabeleça regras para que as queixas sejam consideradas legítimas, levando em conta as intenções explícitas e as justificações dadas pelos atores (Dosse, 2003).

A pesquisa de Boltanski e Thévenot combina uma análise descritiva e interpretativa, evitando reducionismos e valorizando a complexidade das situações sociais. No entanto, o modelo das "Cidades" enfrenta desafios, como a questão da temporalidade e a transição entre diferentes formas de justificação. Dosse (2003) destaca que apesar dessas limitações, a abordagem das "Cidades" oferece uma compreensão rica da diversidade das práticas sociais e dos valores que as sustentam, destacando a importância da reflexão sobre as bases morais e políticas da ação humana.

Para evitar os perigos tanto da abordagem psicanalítica quanto da psicologista, a análise da ação ganha uma importância central. A interpretação não é mais vista como algo externo, mas interno à ação, parte integrante de sua objetividade e derivada de uma ordem ética ou conceitual: "A ação nunca é um mero fato bruto." A análise da ação mobiliza uma tradição que abarca fenomenologia, sociologia compreensiva e hermenêutica, na tentativa de uma nova sociologia (Dosse, 2003).

Patrick Pharo, busca conciliar todas essas abordagens e assumir suas filiações. Ele introduz teses etnometodológicas, criticando certas correntes que tentam esvaziar a dimensão interpretativa. Ele distingue uma versão "forte" e outra "hermenêutica" dentro do programa etnometodológico, preferindo a última, e argumenta pela renovação dos vínculos entre etnometodologia, sociologia compreensiva e tradição hermenêutica (Dosse, 2003; Monteiro; Oliveira, 2011).

Em grande parte, o programa etnometodológico se origina da obra de Alfred Schütz, que radicaliza o princípio da interrupção do julgamento, semelhante à *epoché* fenomenológica. Este princípio é radicalizado na versão "forte" da etnometodologia para lidar com a dimensão interpretativa. Há uma preocupação comum em dar sentido ao objeto, cada abordagem

colocando os problemas da interpretação no cerne do objeto (Dosse, 2003; Monteiro; Oliveira, 2011).

Patrick Pharo destaca a importância do acordo da comunidade intersubjetiva para validar enunciados e análises, desafiando a ideia da naturalidade dos fenômenos descritos e alinhando-se às preocupações de Garfinkel na construção de um projeto sociológico interpretativo. Sua análise da "razão prática" enfatiza a consciência na travessia social do sujeito, ressaltando a dimensão ética da ação social e sua relação com a responsabilidade pessoal (Dosse, 2003).

No entanto, Pharo enfrenta dificuldades em se posicionar em relação à obra de Paul Ricoeur, argumentando que o enfoque hermenêutico desloca a compreensão da ação para a recomposição, relegando a própria ação a um estágio preliminar de pré-figuração. No âmbito da análise fenomenológica, Max Weber busca recuperar o sentido da ação e distingue entre compreensão imediata e explicativa. Schütz critica Weber por não distinguir suficientemente entre ação em processo e ação passada, defendendo a autonomia do ato interpretativo em relação ao objeto interpretado (Dosse, 2003).

A filosofia analítica, representada por Charles Taylor, enfoca a relação entre intenção e ação, destacando a importância da linguagem na expressão da ação. Taylor desenvolve a ideia da "ação paradigmática" e enfatiza o papel do espaço público como lugar de expressão da intersubjetividade prática. A abordagem hermenêutica reconhece a importância da enunciação na elucidação da ação, reintegrando o campo posicional do sujeito e destacando a relação entre linguagem e realidade da ação (Dosse, 2003; Moreira, 2021).

A hermenêutica, considerada a arte da interpretação, é fundamental em várias disciplinas, transcendendo os limites da comunicação, história e filosofia. Ela ensina a olhar além das mensagens óbvias para compreender o significado mais profundo subjacente aos textos e eventos. Na comunicação, a hermenêutica auxilia no entendimento de que o sentido não reside apenas na mensagem, no emissor ou no receptor, mas no hipertexto, um complexo sistema de relações de sentido em constante mudança (Dosse, 2003).

Na história, a abordagem hermenêutica leva ao questionamento e reexame das interpretações passadas, reconhecendo que a compreensão do passado requer análise cuidadosa e consideração das perspectivas múltiplas. Na filosofia, a hermenêutica desafia a reconsideração das noções tradicionais de mente e corpo, subjetividade e objetividade, incentivando a integração de uma compreensão mais profunda das experiências humanas nas investigações (Dosse, 2003; Moraes Júnior, 2021).

A reorientação das ciências humanas para o agir social convida a revisitar a tradição pragmática, da qual Peirce é apresentado como um dos fundadores. Peirce construiu todo um sistema abrangendo a linguística e colocou a linguagem sob a dominação da comunicação (Dosse, 2003). Ele foi um dos primeiros filósofos a tornar a ação como objeto, distinguindo entre ação de tipo físico (dual) e ação de tipo humano (triádica). Segundo Peirce, apenas o princípio triádico organiza as relações humanas.

Essa filosofia da ação, centrada na pragmática, tem precedentes, e Peirce diz retomar de Kant o próprio termo "pragmática". Em "Anthropologie neue pragmatique", Kant desenvolve esse tema pouco trabalhado em "Critique de la raison pure". O que emerge da pragmática é um plano prático que se assemelha à sua variante jurídica, tratando de tudo que se origina das questões políticas e judiciárias. Essa acepção nos remete à reavaliação do senso comum e dos processos de justificação dos atores, com foco no discurso para realizar um programa pragmático (Dosse, 2003).

A via preconizada por Dilthey e Husserl consiste em partir do vivido subjetivo para entender como este se experimenta horizontalmente na comunicação e interação, visando compreender a estabilização do que Dilthey qualifica como experiência universal da vida. Isso

se traduz em ditados, sentenças, máximas e um saber prudente compartilhado, uma espécie de senso comum (Dosse, 2003).

Esse deslocamento do mundo físico para o mundo vivido foi realizado por Husserl, Dilthey e, globalmente, pelo programa fenomenológico. Isso implica ver o mundo não mais como físico, mas, com Peirce, como fundamentalmente semiótico. Tal reorientação implica que a própria semiótica resulta de uma sucessão de traços deixados pela cadeia dos intérpretes constituintes de um mundo vivido, necessário à ideia de compartilhar e comunicar nele (Dosse, 2003).

Essa guinada de dupla origem, fenomenológica e semiótica, é o desdobramento do programa de análise pragmática. A importância do registro do discurso sob a forma de identidade é particularmente enfatizada por Paul Ricoeur com sua noção de identidade narrativa, que distingue entre *mêmeté* e *ipséité*. Jean-Marc Ferry compartilha com Ricoeur a ideia de um vínculo estreito entre o registro do discurso e a forma de identidade, propondo um registro específico da nossa época contemporânea, o do discurso "reconstrutivo". Esse processo é intersubjetivo, cooperativo e conflitual, destinado a tematizar as repressões cometidas e fazer justiça às situações de dominação e repressão legadas pelo passado (Dosse, 2003; Moraes Júnior, 2021).

A interação pragmática busca o reconhecimento em três níveis concebidos como correlatos de atitudes de base: a relação de sujeito conhecedor com seu ambiente, a relação do sujeito moral agindo no mundo social das normas legítimas e a relação do sujeito com sua própria subjetividade e a dos outros. A dialética da enunciação, desenvolvida por Michael Bakhtin, recobre a polifonia das vozes no discurso humano, indo além das relações entre as réplicas de um diálogo formalmente produzido (Dosse, 2003).

O sentido se combina de maneira dialógica entre as gerações sucessivas, configurando uma variação contextual. Francis Jacques desenvolveu esse tema da dialógica, que ele vê como uma superação possível da tradicional alternativa entre consenso e dissensão. A solução buscada se encontra no plano pragmático de uma nova análise da comunicação, através de uma concepção da dialogia definida como coextensiva de todo discurso (Dosse, 2003).

Um exemplo de estudo pragmático foi apresentado por Luc Boltanski com seu estudo sobre "La Souffrance à distance", no qual aborda o problema do distanciamento necessário à apreensão da caridade pelo político. O estudo de Boltanski inscreve-se na preocupação de fazer uma pragmática do espectador, analisando como o espaço público se relaciona com a questão do sofrimento e seu tratamento (Dosse, 2003; Moreira, 2021).

Na obra original de Gérard Mendel, surge a preocupação pragmática no cruzamento da psicanálise e da sociologia, numa tentativa de constituir uma "sociopsicanálise". Ele busca conectar esses dois universos, mantendo um olhar cético em relação às estratégias de desvendamento, mas valorizando o ato humano em seu desdobramento concreto no agir social, muitas vezes desqualificado, especialmente na psicanálise. Mendel destaca os limites e fronteiras necessárias de cada prática, não privilegiando nem a "aporia social da psicanálise" nem a "aporia da psicologia social do sujeito" (Dosse, 2003; Moraes Júnior, 2021).

No cerne desse campo de investigação está a reflexão sobre o "atopoder", definido como a apropriação pelo indivíduo de sua posição na inter-relação social. Mendel observa um "movimento psíquico espontâneo" pelo qual o autor de um ato tende a querer se atribuir uma apreensão espontânea que pode se tornar desmedida, transformando-se em poder sobre si mesmo ou sobre os outros. Ele destaca a importância de compreender essa relação de poder do sujeito com seu fazer, seu ato, sua ação. Na psicanálise, ironicamente, o "ato fracassado" ganhou destaque na teoria freudiana, enquanto o "ato bem-sucedido" foi esquecido pela psicologia (Dosse, 2003).

A partir dessa perspectiva, Mendel desenvolveu uma intervenção sociopsicanalítica desde 1971, no contexto do "grupo Desgenettes", em empresas, instituições escolares e de

saúde, atuando tanto no conteúdo quanto na estrutura de organização do trabalho. A tomada do ato como objeto privilegiado remete à natureza pragmática das ciências humanas. Em contato com as práticas, Mendel preconiza uma reapropriação delas numa intenção globalizante e enciclopédica (Dosse, 2003).

3. DISCUSSÃO

Arana (2007) busca fazer um ajuste de contas com a História e a filosofia que criticam o modelo proposto pelo positivismo, críticas estas que, segundo o autor, omitem as contribuições do positivismo à ciência. Defendendo o positivismo, o autor estabelece como ponto de partida que a verdade e a ciência se baseiam no empírico, sendo este um dos princípios fundamentais da ciência positiva.

O autor expõe a ampla doutrina filosófica do positivismo, enfatizando a concepção de ciência e filosofia, com o intuito de superar os "lugares-comuns a que o positivismo é frequentemente reduzido nas exposições acadêmicas" (Arana, 2007, p.4).

De acordo com Arana (2007), em "Regras do Método", Durkheim apresenta os fatos sociais de maneira objetiva, tratando-os como coisas, onde a verificação é um elemento chave. Para o positivismo, os próprios objetos são o que distinguem as ciências, e o método é o que caracteriza a pesquisa como científica ou não. Os fatos sociais, nesta corrente, são exteriores aos indivíduos e também são uma força de conformação; dessa maneira, a objetividade dos fatos sociais está presente. Para Durkheim, os métodos científicos se alteram junto com o desenvolvimento científico. Considerar os fatos como "coisas" parte do princípio de que, para o estudo, é necessária uma análise exterior; tratar os fenômenos como coisas é o ponto de partida para a ciência e garante a não ilusão, traduzida na exterioridade.

Ao descrever os métodos de Durkheim, fica clara a noção de que a necessária neutralidade e distanciamento do fenômeno são critérios para a ciência. Em uma justa relação, num momento histórico identificado como imperialismo, há também uma ciência que não julga, que é neutra (Arana, 2007).

O pressuposto da "neutralidade axiológica do saber", onde "o pesquisador deve se limitar à observação, ao registro e à explicação causal dos fenômenos" (Noronha, 2007, p. 36), permite apenas [...] reunir um número suficiente de fatos bem documentados, dos quais surge espontaneamente a ciência da história. A reflexão teórica, especialmente a filosófica, é inútil e até prejudicial, pois introduz na ciência positiva um elemento de especulação (Noronha, 2007, p. 37).

Segundo Schaff (1991), as perguntas desempenham um papel importante na orientação metodológica, o que foi contestado pelos positivistas, que eliminaram da História o que chamaram de especulações. Engels havia alertado os representantes das ciências exatas que qualquer tentativa de negar o papel da filosofia nessas ciências ou mesmo de excluí-la do campo da investigação — como propunha o positivismo — corria o risco de levá-los à pior das filosofias [...] a saúde da disciplina científica exige, do cientista, uma certa inquietação metodológica, a preocupação com o mecanismo do comportamento, e um esforço de reflexão sobre os problemas relacionados à "teoria do conhecimento" implicados nisso (Schaff, 1991, p. 68).

No positivismo, a problemática das proposições teórico-metodológicas, que conectam ideologia ao processo científico, assume uma concepção que defende a possibilidade e a necessidade de que a ciência deve ser completamente dissociada de qualquer vínculo com posições sociais, visões de mundo ou ideologias. A ciência só pode ser considerada verdadeira na medida em que elimina completamente qualquer interferência de valores a priori (Brandão, 2011).

Noronha (2007), ao discutir as relações entre História e historiografia, destaca a não neutralidade das escolhas teórico-metodológicas. O pano de fundo dessa discussão é o estudo da educação como objeto de análise, examinado à luz das contribuições da ciência histórica. A autora ressalta como a questão metodológica na construção do conhecimento histórico influencia a compreensão da historiografia (Noronha, 2007). O positivismo, por sua vez, orienta um tipo específico de abordagem histórica.

Löwy (2008), em seu estudo traça um percurso histórico-social da evolução do positivismo. Começando com Condorcet e passando por Saint-Simon, é examinado como o positivismo se desenvolveu, encontrando em Auguste Comte, a partir de 1830, uma versão conservadora, coincidindo com o estabelecimento da burguesia como classe dominante na França. O autor analisa também Durkheim e seu esforço sociológico para suprimir elementos perturbadores das ideologias e utopias. Löwy (2008) conclui que as ideias centrais do positivismo se baseiam no princípio da neutralidade científica como critério e aspiração à verdade.

Embora se reconheça como válido o esforço em direção ao conhecimento objetivo e verdadeiro, é impossível dissociar as concepções de mundo das produções científicas. O cientista formula suas perguntas ao objeto a partir de um contexto particular, de um ponto de vista específico, portanto, seria infrutífero tentar eliminar completamente as influências ideológicas.

Para Severino (2007), a tradição filosófica do positivismo, em sua abordagem científica, teve o mérito de romper com a tradição metafísica da Idade Média, emergindo na era moderna e argumentando que o real é estritamente aquilo que pode ser conhecido pela ciência. Para o positivismo, é a ciência que constrói o conhecimento sobre o mundo, baseando-se na experiência dos fenômenos manifestos. Ele entende que o mundo é o que se mostra fenomenalmente, e a apreensão desses fenômenos é realizada através de uma experiência controlada, na qual são eliminadas as interferências qualitativas. Portanto, a única forma segura de conhecimento é aquela praticada pela ciência, que utiliza instrumentos técnicos capazes de superar as limitações subjetivas da percepção (Severino, 2007, p. 109).

No positivismo, o processo científico é visto como devendo ser desvinculado de quaisquer influências de posições sociais, visões de mundo, ideologias ou utopias. A ciência é considerada verdadeira apenas na medida em que elimina completamente interferências de valores pré-concebidos. Portanto, os princípios essenciais do positivismo fundamentam-se na busca por uma neutralidade científica que seja critério e aspiração para alcançar a verdade.

No contexto das Ciências Humanas, em contraposição ao positivismo, o interpretativismo oferece uma alternativa metodológica ao reconhecer a importância das interpretações subjetivas e das experiências humanas na construção do conhecimento. A discussão sobre a atuação social dos pesquisadores, especialmente nas Ciências Humanas, levantada por Dosse (2003) conduz a uma reflexão sobre o papel do interpretativismo na pesquisa acadêmica e sua relevância para o vínculo social e o entendimento da ciência como um fenômeno integralmente social.

O interpretativismo, enquanto abordagem metodológica, enfatiza a compreensão dos fenômenos sociais por meio da perspectiva dos indivíduos que vivenciam esses fenômenos. Essa corrente teórica valoriza o significado que os atores sociais atribuem às suas ações e interações, o que é importante para as Ciências Humanas, que se voltam para a análise do comportamento, cultura e relações humanas (Dosse, 2003).

Dosse (2003), ao biografar as Ciências Humanas, demonstra como o interpretativismo se alinha com a necessidade de uma abordagem mais humana e menos técnica. Argumenta-se que o afastamento dos paradigmas monocausais e a aceitação das múltiplas interpretações permitiram uma maior aproximação entre as Ciências Humanas e outras áreas do conhecimento, como as Ciências Exatas e a Filosofia. Esse movimento é fundamental para superar a crise

teórico-metodológica que oscila entre abordagens internas (centradas nos próprios pesquisadores e suas disciplinas) e externas (focadas exclusivamente no impacto social).

A noção de complementaridade, proposta por Dosse (2003), mostra-se uma resposta efetiva às limitações das abordagens anteriores. O interpretativismo sustenta essa ideia ao promover a valorização das diferentes perspectivas e interpretações, permitindo que o conhecimento seja visto como um todo integrado e inter-relacionado. Essa visão se contrapõe ao estruturalismo dominante nas décadas de 1950 a 1970, que tentava expropriar a presença do pesquisador e reduzir a ciência a uma mera descrição objetiva do real.

É nessa busca para restaurar o debate em praça pública, o político reassume importância, agora não mais seguindo uma lógica racionalista, mas adotando um novo pensamento político-filosófico expresso na ideia do Parlamento das Coisas. Esse conceito visa estender a democracia a todos, transformando tudo e todos em porta-vozes do debate. Fala-se em "tudo" porque o precursor da ideia, Bruno Latour, e sua comunidade de cientistas entendem que o político e o científico voltados para a sociedade precisam abordar questões além do humano, desafiando as definições de humano estabelecidas pela ontologia dos séculos XIX e XX, e reivindicando uma indistinção entre o humano e o não-humano (Moreira, 2021).

Esse processo de humanização não se manifesta apenas no surgimento de novas ciências, mas também na reconciliação entre diferentes áreas do saber. É importante destacar que, do ponto de vista de Dosse (2003), trata-se de um processo autossustentável. A confluência entre as Ciências Humanas, Exatas e Filosofia possibilitou e possibilita o surgimento de novas áreas. Por sua vez, o desenvolvimento dessas novas disciplinas aumenta a aproximação de diferentes ciências e cria pontos de intersecção entre elas, possibilitando o surgimento de áreas de atuação tais como a Antropologia das Ciências Sociais.

Nesse novo enfoque das Ciências Humanas, o político é reconhecido como uma forma de prática social que fundamenta a coexistência, assumindo a responsabilidade pelos vínculos sociais e pelas relações com a natureza. Esse entendimento parte da premissa de que o aspecto social é intrinsecamente ligado ao político (Moreira, 2021).

Inicialmente, pode parecer que há uma simples aproximação das ciências que lidam diretamente com o presente e o meio social. Entretanto, disciplinas que têm como objeto não apenas o contemporâneo, como a História, passam a desempenhar um papel central na construção de significado através das ciências humanas. Segundo Dosse (2003), a História se torna fundamental ao bater à porta do político para explicar eventos importantes e elucidar a profundidade temporal das questões atuais.

Durante o processo de institucionalização das ciências, houve uma separação das disciplinas em relação à Filosofia, visando eliminar a influência pessoal e promovendo a objetividade. No entanto, é através do processo de humanização que as ciências retornam aos seus propósitos originais: compreender a natureza do social e contribuir para a construção de um mundo melhor com uma visão progressista (Moreira, 2021).

4. CONCLUSÃO

A discussão apresentada revela um panorama complexo e dinâmico das correntes filosóficas e científicas que permeiam a compreensão contemporânea das Ciências Humanas. Inicialmente, o positivismo emergiu como uma tentativa de estabelecer critérios objetivos e neutros para a investigação científica, enfatizando a observação empírica e a eliminação de vies ideológico. No entanto, as críticas contemporâneas demonstram que essa abordagem pode limitar a compreensão profunda das realidades sociais ao desconsiderar interpretações subjetivas e contextuais essenciais para uma análise holística.

O interpretativismo como alternativa metodológica ressalta a importância das perspectivas individuais e das experiências humanas na construção do conhecimento. Ao

valorizar o significado atribuído pelos atores sociais às suas próprias ações, o interpretativismo permite uma compreensão mais rica e contextualizada dos fenômenos sociais, contribuindo para uma ciência que não apenas descreve, mas também interpreta e problematiza.

Além disso, a crítica à neutralidade axiológica do positivismo questiona a possibilidade real de separar completamente a ciência de valores, visões de mundo e ideologias. A ciência, afinal, não ocorre em um vácuo social ou político, mas é influenciada pelas estruturas e relações de poder que moldam a sociedade. Portanto, uma abordagem mais reflexiva e crítica reconhece a importância de situar a produção científica dentro de um contexto mais amplo de debates sociais e políticos.

A reconciliação entre diferentes correntes filosóficas e científicas sugere uma busca por um diálogo interdisciplinar que enriqueça a compreensão das complexidades contemporâneas. A nova configuração das ciências humanas não se limita à dualidade entre positivismo e interpretativismo, mas busca integrar diversas perspectivas para enfrentar os desafios epistemológicos e éticos do século XXI.

Ademais, a proposta de um "parlamento das coisas", como sugere Bruno Latour, representa uma tentativa de democratizar o debate científico, envolvendo não apenas especialistas, mas também o público em geral. Esse modelo de democracia participativa reconhece a multiplicidade de vozes e perspectivas necessárias para lidar com questões complexas como as biotecnologias e as mudanças climáticas, transcendendo assim as fronteiras tradicionais entre ciência, política e sociedade.

Por fim, a reflexão sobre o papel das ciências humanas na contemporaneidade revela uma necessidade crescente de superar abordagens unilaterais e dogmáticas em favor de uma pluralidade de métodos e teorias que enriqueçam nossa compreensão do mundo social. A interação entre teoria e prática, entre interpretação e análise crítica, emerge como um caminho frutífero para enfrentar os desafios globais e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, as ciências humanas não apenas iluminam as decisões através do esclarecimento das diversas formas de racionalidade, mas também oferecem um terreno fértil para a construção de um espaço público de debate informado e responsável, essencial para enfrentar os complexos dilemas éticos e sociais do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANA, H. G. **Positivismo: reabrindo o debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

ARAÚJO, I. L. **Introdução à Filosofia da Ciência**. 3ª ed. Curitiba: EdUFPR, 2010.

BRANDÃO, A. R. P. A postura do positivismo com relação às ciências humanas. **Theoria-Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 3, n. 6, p. 80-105, 2011.

CORCUFF, P. **As Novas Sociologias: Construções da Realidade Social**. Sintra: Vral, 2001.

CORREIA, M. O. G. Dogmática jurídica: um olhar marxista. **PARA A CRÍTICA DO DIREITO**, p. 175, 2015.

DOSSE, F. **O império do sentido: a humanização das ciências humanas**. Bauru, SP: EdUFSC, 2003 [1993]).

LIMA PADILHA, L. M. D. ARANA, H. G. **Positivismo: reabrindo o debate / Hermas Gonçalves Arana**. - Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção educação contemporânea). **Publicatio UEPG**, v. 16, n. 2, p. 373-375, dez. 2008.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 18ª Ed. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

MENNA, S. H. O MÉTODO E A DISTINÇÃO ENTRE CIÊNCIAS NATURAIS E CIÊNCIAS HUMANAS. **Prometheus-Journal of Philosophy**, n. 37, 2021.

MONTEIRO, G. S.; OLIVEIRA, L. A. D. Kafka e o trabalho da dominação, de Bernard Lahire. **Plural**, v. 18, n. 2, p. 161-178, 2011.

MORAES JÚNIOR, M. R. D. O Regime Epistemológico das Ciências Humanas na França Contemporânea. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 13, n. 2, p. 723-730, 2021.

MOREIRA, L. DOSSE, F. O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas. Bauru, SP: EDUSC, 2003. 450 p. **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 02, p. e022118, 11 nov. 2021.

NORONHA, O. M. Historiografia das instituições escolares: Contribuição ao debate metodológico. **Instituições escolares no brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2007.

SCHAFF, A. **História e verdade**. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. SP, Editora Cortez, 2007.

SILVINO, A. M. D. Epistemologia positivista: qual a sua influência hoje?. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, p. 276-289, 2007.